



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ALESSANDRA VILAR DE SOUZA

**AS FALAS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SUMÉ-
PB: Dificuldades no Atendimento aos Educandos Especiais**

MONTEIRO – PB
2019.1

ALESSANDRA VILAR DE SOUZA

**AS FALAS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SUMÉ-
PB: Dificuldades no Atendimento aos Educandos Especiais**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Profa. Ma. Suzana Queiroga da Costa

MONTEIRO – PB
2019.1

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729f Souza, Alessandra Vilar de.
As falas dos professores da rede municipal de ensino de Sumé-Pb [manuscrito] : dificuldades no atendimento aos educandos especiais / Alessandra Vilar de Souza. - 2014.
25 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Suzana Queiroga da Costa , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."
1. Educação especial. 2. Escola inclusiva. 3. Necessidades educativas. I. Título

21. ed. CDD 371.9

ALESSANDRA VILAR DE SOUZA

**AS FALAS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SUMÉ-PB:
DIFICULDADES NO ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS ESPECIAIS**

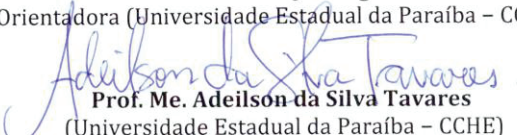
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Profa. Ma. Suzana Queiroga da Costa

Aprovada em: 4/12/2014

BANCA EXAMINADORA


Profa. Ma. Suzana Queiroga da Costa
Orientadora (Universidade Estadual da Paraíba – CCHE)


Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares
(Universidade Estadual da Paraíba – CCHE)


Profª. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia
(Universidade Estadual da Paraíba – CCHE)

A minha família, em especial a minha mãe que sempre me incentivou para a realização dos meus ideais, e aos colegas professores por terem feito parte desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, presente em todas as conquistas, a minha instituição, pela oportunidade de ter realizado mais um objetivo.

Aos professores da banca pela disponibilidade, em especial a minha orientadora Prof. Ma. Suzana Queiroga que dedicou seu tempo e me ajudou a superar os desafios desta monografia, serei eternamente grata.

RESUMO

O objetivo do trabalho foi avaliar o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e a escola inclusiva. O instrumento utilizado foi a entrevista realizada com professores que trabalham com alunos especiais do ensino fundamental, séries iniciais onde os mesmos elencaram uma série de dificuldades que enfrentam no seu cotidiano, considerando questões como: formação de professores, ambiente escolar adequado, participação da família, recursos pedagógicos, suporte para os profissionais envolvidos no processo e adequação curricular.

Palavras-Chave: Educação especial. Escola inclusiva. Ensino Fundamental. Diversidade.

ABSTRACT

The objective was to evaluate the teaching of pupils with special educational needs and the instrument used was inclusive. O school interviews with teachers working with special primary school students, early grades where they elected a number of difficulties they face in their daily life issues such as teacher training, appropriate school environment, family participation, teaching resources, support for professionals involved in the process and curriculum adaptation.

Keywords: Special education. Inclusive School. Fundamentally Teaching Diversity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
3. OBJETIVOS DA PESQUISA	12
4. REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, n. 9.394/96.....	12
4.1 A escola: educação especial x inclusão.....	14
4.2 Declaração de Salamanca.....	17
5. METODOLOGIA CIENTÍFICA	19
5.1 Tipologia da pesquisa	19
5.2 Tipo de abordagem.....	20
5.3 Sujeito se ambiente da pesquisa.....	20
5.4 Instrumento de coleta de dados.....	20
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Reflexões sobre a realidade vivenciada pelos professores em Sumé-PB.....	21
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da sua história o Brasil tem gradativamente se movimentado na busca de se tornar uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade que a constitui, e que ela responde com qualidade. É preciso garantir acesso e a permanência de todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, é necessário disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação. Uma educação inclusiva implica inserção de todos, sem distinção, nesse sentido as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 20) diz que:

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado Democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional.

Sendo assim, os sistemas educacionais devem ser planejados e organizados, de tal forma que promovam o trabalho com a diversidade dos alunos e que ofereçam respostas satisfatórias as suas características e necessidades, pois,

Art. 59. Os Sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos didáticos e organização específicos, para atender suas necessidades;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Em particular, no Município de Sumé – PB, em especial, na Rede Municipal de Ensino, há uma demanda de alunos com necessidades especiais em sala de aula comum, contudo, o Sistema de ensino local, não disponibilizou ainda aos professores cursos de capacitação ou especialização adequada para oferecer aos educandos um atendimento de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos didáticos especializados.

Nesse contexto, os professores que tem em sua sala de aula alunos com deficiências especiais e que estão independentemente oferecendo um atendimento

aos educandos, nos despertaram para o tema dessa pesquisa: “As falas dos professores da rede municipal de ensino de Sumé-PB: dificuldades no atendimento aos educandos especiais”.

Portanto, esta pesquisa visa refletir sobre a realidade/dificuldades vivenciadas por esses docentes em sala de aula.

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

O projeto Justifica-se que no ano de 2008 no município Sumé-PB foi desenvolvido o Projeto intitulado “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” visando a organização/ criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado, considerando os números de alunos com necessidades educacionais especiais. Esse projeto tinha como objetivo geral e específicos:

Objetivo geral:

Promover um ambiente de convivência com os alunos de necessidades especiais, e cumprir as exigências legais da educação inclusiva.

Objetivos específicos:

- Criar o Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Contribuir no suporte pedagógico com docentes no âmbito da Educação Inclusiva;
- Estabelecer uma Política Educacional no Município com a Educação Inclusiva;
- Definir no Projeto Político Pedagógico da escola as teorias e metodologias no atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Contudo, o mesmo não foi concretizado, dessa forma, surgiu o nosso problema de pesquisa: Quais são dificuldades enfrentadas pelos professores no atendimento

aos educandos especiais, uma vez que, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE) não foi concretizado?

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral:

Conhecer as dificuldades dos professores da rede municipal de ensino de Sumé-PB, com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Objetivos específicos:

- Descrever as falas dos professores com relação as suas dificuldades no cotidiano da sala de aula com os alunos especiais;
- Enumerar as dificuldades identificadas
- Refletir sobre a realidade vivenciada por esses professores no cotidiano da sala de aula.

4 REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, n. 9.394/96.

Segundo Albuquerque (2007, p. 31) “foi a partir da década de 1970 que se iniciou um processo de centralização administrativa e de coordenação de políticas, por parte do Governo Federal, visando garantir os direitos das pessoas com deficiência.”

Esta preocupação foi refletida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/96 no Capítulo V, Art. 58, 59 e 60 . De acordo com o Art. 58 a educação especial é uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (LDB, 1996)

O Art. 58 também cita que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A escola comum deve viabilizar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, promover a organização de classes regulares e de serviços de apoio pedagógicos especializados. Mas o que ocorre é que fica todo o trabalho para o professor, os serviços especializados não é suficiente a demanda, e ocorre que os alunos com necessidades especiais acabam sendo os incluídos excluídos.

No Art. 59 a redação é sobre as atribuições dos sistemas de ensino que deveram assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Apesar de o artigo garantir os direitos ainda hoje, as escolas não possuem um ambiente favorável a inclusão, e também profissionais da área. Essa ação deve partir dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo.

Constituindo parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais.

No Art. 60 a Lei aborda sobre a parceria com entidades sem fins lucrativos e os sistemas de ensino.

Art. 60º.

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo

Entende-se que a inclusão deva ocorrer em todas as instâncias sociais, partindo do princípio de que a escola é o lugar de formação dos indivíduos constituintes desta sociedade. Isto significa tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores equipamentos para o sistema regular de ensino.

4.1 A escola: educação especial x inclusão

A partir da década de 1970 na qual começam a ocorrer algumas transformações, os alunos com deficiência passam a frequentar as classes comuns e é a partir desse período que se inicia um momento de ampliação da atuação do Estado na área.

A educação especial visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange as diferentes teorias e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. A educação especial é considerada hoje, parte integrante do sistema regular de ensino.

Com base nos pressupostos legais da 'Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê o direito de toda a educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional

especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais. Dessa forma, a educação especial está em processo de desenvolvimento, e que todos tenham o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças para que possamos construir um ensino de qualidade, esperando que esta construção seja pautada em princípios baseados na ética, nos direitos relacionados à diferença, diversidade e igualdade, tão almejados pela humanidade.

Neste contexto, a educação especial é apresentada como apoio às necessidades do alunado classificado como população alvo e não de modo amplo como a responsável pela implementação da escola inclusiva. Com relação à escola as políticas de inclusão indicam a necessidade destas se reorganizarem e se adequarem a heterogeneidade de seu alunado evidenciando a necessidade de apoio para implementação da educação para todos já que a Educação Especial é indicada como apoio necessário à inclusão de alunos com deficiência em espaços regulares de educação.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do Atendimento Educacional Especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos. Assim, de acordo com o documento Sala de Recursos Multifuncionais (MEC, 2006), o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais.

Nessa perspectiva, a educação se depara com um grande desafio, implementar uma escola de qualidade que seja igualitária, justa e acolhedora para todos. Para CURY (2002.p. 245)

A instituição escolar deve desenvolver, a partir da legislação vigente, propostas e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, partindo de níveis diferentes: currículo, gestão e metodologias. Construir uma escola inclusiva significa assumir um compromisso em se rever concepções e paradigmas em torno da educação,

respeitando e valorizando a diversidade dos alunos, atendendo as suas necessidades e desenvolvendo o potencial de cada um.

A proposta da inclusão escolar parte do princípio de que pessoas com ou sem necessidades especiais beneficiam-se do compartilhamento do processo pedagógico inclusivo em que estejam inseridos.

Com relação às políticas públicas relacionadas a igualdade de oportunidades na educação inclusiva, faz-se necessário estabelecer aproximação, com a realidade das escolas, dialogando com as mesmas, para assim, através de uma definição de ações educacionais em conjunto, elaborar-se uma política de atendimento integral, que contemple as suas necessidades. Dessa forma a escola deve assegurar uma resposta educativa adequada as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, oferecendo serviços de apoio especializados no âmbito escolar. Esses serviços especializados podem ser caracterizados como aqueles serviços realizados em parceria com as áreas de assistência social, saúde e trabalho.

Existem muitos problemas que impedem que a educação inclusiva atinja o objetivo desejado, um deles é o despreparo dos professores.

Os professores alegam (com toda razão)que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade. (Carvalho,2010,p.27).

Vale lembrar que, no Brasil, a formação de professores e outros agentes ligados a educação segue um modelo tradicional, inadequado para suprir as demandas da diversidade humana. São poucos os cursos de formação de professores que oferecem disciplinas voltadas para a educação inclusiva. Não existe ainda, um referencial definido sobre como receber e incluir, em sala de aula de ensino regular, alunos diferentes. Todos os envolvidos com a educação têm algo a aprender sobre a inclusão, ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão.

Uma vez mais recorro a Carvalho (2010,p.68).

Com o bom senso necessário, somado aos 48 anos de trabalho em educação concordo, plenamente, que a escola precisa ressignificar suas funções políticas ,sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a

aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações.

Entende-se que a inclusão mereça análise e deva ocorrer em todas as instâncias sociais, partindo do princípio de que a escola é o espaço de formação dos indivíduos constituintes desta sociedade, busca-se conhecer como os professores estão alicerçando o entendimento da educação inclusiva, e propiciando a vivência do mesmo no contexto escolar.

4.2 Declaração de Salamanca

A inclusão é uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o benefício de todos os alunos com necessidades educativas especiais, que depende da disponibilidade das pessoas envolvidas para enfrentarem as inovações e as dificuldades advindas das necessidades desses alunos.

A Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que buscava garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é adotada como o documento mais importante em relação à educação inclusiva. Consta neste documento:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais

deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, s/p).

Dentre outros objetivos, a Declaração tem como propósito a acessibilidade de todos os alunos, sem considerar o grau de deficiência ou distúrbio de aprendizagem na educação comum. Qualquer tipo de limitação; e “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”.

Quanto a Legislação do nosso país, e das leis que regem o ensino especial, está a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), lei esta que deixa claro em seu artigo 58 que o ensino especial deve ser oferecido pela rede pública de ensino e ser gratuito.

Art. 58 - *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.*

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, p. 56).

Para que aconteça de fato a inclusão, as leis não são argumentos suficientes.

Os limites precisam ser superados de acordo com as necessidades apresentadas. É preciso que as instituições de ensino estabeleçam e concretizem as diversas formas de acessibilidade, dentro das instituições, com acessibilidade a todos no que diz respeito aos recursos pedagógicos, à comunicação e à informação, deixando estabelecida a valorização das diferenças.

É sabido que a efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional é fator imprescindível para a verdadeira democratização do país. Verifica-se nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 15) que:

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. [...] A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização [...] Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativa de democratização da educação em nosso país [...].

É enfatizado nos PCNs também a necessidade de possibilitar a todos os envolvidos no processo educativo, a capacitação intelectual, cognitiva, o desenvolvimento da autonomia, baseando-se no respeito à diversidade, fazendo com que as diferenças existentes, sirvam como um ponto de partida para a formação de novos conceito

5 METODOLOGIA CIENTÍFICA

Para alcançar os objetivos da pesquisa seguimos os seguintes procedimentos metodológicos:

5.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa com relação ao procedimento adotado para a coleta de dados, caracteriza-se como Estudo de Caso, que segundo os autores Martins e Lintz (2007, p. 23, grifos do autor):

Trata-se de uma técnica de pesquisa cujo objetivo é o estudo de **uma unidade** que se **analisa profunda e intensamente**. Considera a **unidade**

social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

5.2 Tipo de abordagem

Para atingirmos os objetivos da pesquisa e respondermos ao problema de pesquisa cultivamos a abordagem qualitativa onde a autora Beuren (2012, p.91 apud RICHARDSON, 1999, p. 80) explica que “ os estudo que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”

5.3 Sujeito se ambiente da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram três (03)docentes da rede municipal de ensino (U.M.E.I.E.F. Maria Leite Rafael, U.M.E.I.E.F. Irineu Severo de Macêdo e U.M.E.I.E.F. Professora Zélia Braz),com idade mínima de 30 a 40 anos. Todos com formação acadêmica, a maioria são pedagogos e lecionam há mais de 15 anos, durante esse tempo já trabalharam e/ou trabalha com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

5.4 Instrumento de coleta de dados

Para coleta dos dados foi adotada como técnica de pesquisa a entrevista, que segundo Marconie e Lakatos (2007, p. 197) “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinados assuntos, mediante uma conversa de natureza profissional”. Marconie e Lakatos (2007) cita três tipologias de entrevista: padronizada ou estruturada, despadronizada ou não - estruturada e painel.

Para nossa pesquisa optamos pela despadronizada ou não estruturada que são de acordo com o autor: entrevista focalizada, clínica e não dirigida. Para atingirmos os nossos objetivos escolhemos a entrevista clínica que” trata-se de

estudar os motivos, os sentimentos, a conduta das pessoas. Para esse tipo de entrevista pode ser organizada uma série de perguntas específicas”. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 199)

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Reflexões sobre a realidade vivenciada pelos professores em Sumé-PB

Após a coleta de dados deu-se início à análise e interpretação dos dados que segundo o autor Gil (2002, p.90)

é fundamentalmente interativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudada, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas.

Portanto, buscamos descrever, identificar e enumerar as dificuldades enfrentadas na sala de aula pelos professores entrevistados.

Entrevista nº 1– As escolas se deparam com vários alunos com necessidades especiais, porém em sua grande maioria sem diagnósticos, é perceptível as dificuldades na aprendizagem, já que ela se dá de forma bem lenta. Entre as dificuldades encontradas destaca-se a falta de atenção da família, pois as vezes não aceitam o problema e não procura ajuda adequada para a criança. Os recursos didáticos também deixa a desejar, seria ideal uma sala de recursos onde o aluno pudesse manusear o material adequado para facilitar o processo ensino aprendizagem, a falta de profissionais que atenda a cada especialidade para facilitar o trabalho do professor.

Escola: *U.M.E.I.E.F. Professora Zélia Braz.*

Na entrevista 1 - As dificuldades enfrentadas são:

1. A falta de um diagnóstico médico sobre o tipo e o nível de deficiência;
2. O reconhecimento da deficiência pelas famílias dos alunos;
3. A falta de recursos didáticos apropriados;

4. A falta de acompanhamento por um especialista.

Entrevista nº 2–Todo processo ensino aprendizagem diante da sua normalidade tem seu grau de dificuldade. Mas diante do grande desafio de adaptar os conhecimentos pedagógicos e aprendizagem de alunos especiais encontramos dificuldades diversas. Sendo para mim a mais importante, é a falta de preparação dos professores que não são treinados durante a sua graduação para isso. Quando deparados com essa situação e não sabendo como lidar com ela,o professor geralmente encontra como saída mecanismos que irão apenas entreter o aluno especial e não trabalhar o seu processo de aprendizagem

Escola: *U.M.E.I.E.F. Irineu Severo de Macêdo.*

Na entrevista 2 - A dificuldade enfrentada é:

1. A falta de preparação dos professores;

Entrevista nº 3– Nos deparamos hoje com salas regulares superlotadas sem o cumprimento da ordem ou lei estabelecida para as crianças com necessidades especiais, seria necessário termos salas adequadas, material concreto ,diagnóstico, professores capacitados na área e a parceria família e escola.

Escola: *U.M.E.I.E.F. Maria Leite Rafael.*

Na entrevista 3 - As dificuldades enfrentadas são

1. Salas regulares superlotadas;
2. A falta de salas adequadas;
3. A falta de recursos didáticos apropriados;
4. A falta de um diagnostico médico sobre o tipo e o nível de deficiência;
5. A falta de preparação dos professores;
6. Parceria família e escola.

Logo, as dificuldades enfrentadas pelos professores podem ser visualizadas no quadro abaixo.

Quadro 1-Dificuldades enfrentadas pelos professores

Dificuldades	E1	E2	E3
1. A falta de um diagnóstico médico sobre o tipo e o nível de deficiência	x		x
2. O reconhecimento da deficiência pelas famílias dos alunos	x		
3. A falta de recursos didáticos apropriados	x		x
4. A falta de acompanhamento por um especialista	x		
5. A falta de preparação dos professores		x	x
6. Salas regulares superlotadas			x
7. A falta de salas adequadas			x
8. Parceria família e escola.			x

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

*E1, E2, E3 são as entrevistas 1, 2 e 3.

De acordo com a LDB essas dificuldades seriam sanadas pelas seguintes ações:

- 1- Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos a escola deve realizar, com assessoramento técnico a avaliação do aluno;
- 2- Sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;
- 3- Flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados;
- 4- Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva;
- 5- Oferecer oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados e dos municípios;
- 6- Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados;

- 7- As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns;
- 8- A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que os professores com os quais trabalhamos as principais dificuldades no processo de inclusão escolar do aluno especial é a ausência de preparo e de uma formação mais técnica que visa suprir as necessidades destes alunos e também a falta de boas condições físicas das escolas pra receber estes educandos. A família também está muito distante, seria necessário uma cooperação maior por parte dela. Em geral as escolas não possuem um ambiente favorável a inclusão, os profissionais reclamam das salas superlotadas, materiais didáticos escassos.

Sabe-se que existem muitos fatores essenciais para que a inclusão aconteça na íntegra, para tanto é necessário que a escola repense a sua prática, reflita sobre o seu desempenho, reformule sua metodologia com constante reflexão sobre e na ação pedagógica.

Mas que tenha a certeza que é possível transformar os desafios da inclusão em efetivo trabalho em prol das crianças com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília, DF: MEC, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394/96. Brasília, 1996.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler, **Educação inclusiva: Com os pingos nos “is”**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 116, p.245-262, jul. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.